



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA- CENTRAL
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA

ESCOLA REGULAR INCLUSIVA: UM DIREITO DE TODOS E DE CADA UM

TERESINA-PI

2023

MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA

ESCOLA REGULAR INCLUSIVA: UM DIREITO DE TODOS E DE CADA UM

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina - central.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Erika Galvão Figuerêdo.

TERESINA-PI

2023

ESCOLA REGULAR INCLUSIVA: UM DIREITO DE TODOS E DE CADA UM

Esp. Maria das Graças de Oliveira¹
Dr^a. Erika Galvão Figuerêdo²

RESUMO

Incluir denota ensinar indistintamente todos os alunos, fazer com que os alunos público-alvo da educação especial se tornem parte da comunidade escolar, vivenciem experiências escolares inclusivas nas salas de aula do ensino regular. Como professora da escola regular, inserida no cenário desafiador que é educar a todos diante de muitas dificuldades encontradas no chão da escola, veio a necessidade de identificar quais as características da escola regular que inclui e oferece apropriação do saber a todos e a cada aluno. Considerando este pressuposto, a pesquisa tem como objetivo geral investigar as características e especificidades de uma escola regular inclusiva, e os objetivos específicos caracterizar a educação inclusiva; descrever os aspectos pedagógicos da educação inclusiva e apontar as políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil. O presente trabalho é um estudo de revisão de literatura, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A técnica de coleta de dados utilizada foi a consulta bibliográfica. A análise dos dados ocorreu por meio de categorização. A revisão da literatura é embasada em autores como: Beyer (2006, 2007), Carneiro (2008), Lopes e Fabris (2013), Mantoan (2006, 2013, 2022), Poulin (2010), Ramos (2010) e Rodrigues (2006, 2008). O estudo mostra que independente de condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais e linguísticas, todo aluno deve ser acolhido e estudar na escola regular, esse é um direito garantido por lei. Neste sentido, o trabalho destaca ainda que a inclusão escolar, as práticas inclusivas são possíveis de serem efetivadas, apesar dos muitos desafios encontrados nas escolas regulares.

Palavras-chave: educação inclusiva; escola regular; alunos público-alvo da educação especial

ABSTRACT

Including means teaching all students without distinction, making the target students of special education become part of the school community, experiencing inclusive school experiences in regular education classrooms. As a common school teacher, inserted in the challenging scenario of educating everyone in the face of many difficulties encountered on the school floor, the need came to identify which characteristics of the common school include and offer the appropriation of knowledge to each and every student. Considering this assumption, the research has the general objective of investigating the characteristics and specificities of an inclusive common school, and the specific objectives of characterizing inclusive education; describe the pedagogical aspects of inclusive education and point out the inclusive education policies implemented in Brazil. The present work is a literature review study, with a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature. Bibliographical consultation was used as a

¹ Especialista em Educação Infantil: Infância e Instituição escolar. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pós - graduanda em Educação Especial e Inclusiva Instituto Federal do Piauí (IFPI). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI). Professora da rede municipal em Barras-PI. E-mail: marygracas2017@gmail.com

² Mestre em Ciências e Saúde Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Educação (UFPI). Professora de Educação Física do Instituto Federal do Piauí (IFPI). E-mail: erika.galvão@ifpi.edu.br.

data collection technique. Data analysis occurred through categorization. The literature review is based on authors such as: Beyer (2006, 2007), Carneiro (2008), Lopes and Fabris (2013), Mantoan (2006, 2013, 2022), Poulin (2010), Ramos (2010) and Rodrigues (2006, 2008). The study shows that regardless of social, emotional, physical, intellectual and linguistic conditions, every student must be welcomed and study at a regular school, this is a right guaranteed by law. In this sense, the work also highlights that school inclusion and inclusive practices are possible to be implemented, despite the many challenges found in ordinary schools.

Keywords: inclusive education; common school; target audience students of special education.

Data de aprovação: ____/____/____

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva apresenta-se como uma forma de transformação social, aponta passagens para impedir formas de exclusão, segregação, integração e casos discriminatórios que afetam grupos minoritários, onde estão inseridos os alunos do público-alvo da educação especial (PAEE). Seguindo esta premissa garante o acesso e a permanência na escola comum para todos e para cada um dos alunos, independentemente de suas especificidades.

Entende-se assim, que a implementação da educação inclusiva só ocorre através de mudanças básicas no chão da escola comum. Essas escolas comuns são todas as instituições que constituem o ensino regular. Muitas vezes esse tipo de escola é desenvolvido sob o panorama da diferença, o que dificulta sua transição para inclusiva, entretanto, isso não é improvável, uma escola que ensina a todos e a cada um é fruto de um desafio que implica esforço coletivo, que procura ser condizente com os direitos de todos os alunos (MANTOAN, 2006, 2013).

A escola comum inclusiva renuncia diversos estereótipos relacionados às pessoas PAEE é responsável por atender esses alunos, se adaptar as suas individualidades. Neste sentido, compreende-se que a mesma tem com o desígnio de ofertar educação para todos e para cada um. Para tanto, nessa conjuntura a deficiência não é mais problema da pessoa, mas consequência de uma sociedade que apresenta insuficiência em acatar as suas necessidades alunos (MANTOAN, 2013).

Neste sentido, o estudo busca identificar quais as características de uma escola comum que inclui e oferece apropriação do saber a todos os alunos? Partindo do pressuposto de que as escolas comuns podem oferecer educação inclusiva, pode ser um espaço propiciador de equidade e reconhecimento das diferenças é que surgiu o tema escola comum inclusiva. O interesse pela temática vem desde a graduação, e foi intensificado ainda mais com a vivência profissional dentro da escola comum.

Como professora da sala regular, inserida no cenário desafiador que é educar a todos diante de muitas dificuldades encontradas no contexto escolar, veio a necessidade de investigar as características e especificidades de uma escola comum inclusiva, que inclui de fato e que oferece apropriação do saber a todos e a cada aluno.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar as características e especificidades de uma escola comum inclusiva, e os objetivos específicos caracterizar a educação inclusiva; descrever os aspectos pedagógicos da educação inclusiva e apontar as políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil.

É imprescindível que todos os educadores e a sociedade compreendam que independente de condições intelectuais, sociais, emocionais, físicas, linguísticas, todo aluno

deve ser matriculado na escola comum. Está escola comum para que trabalhe na perspectiva da educação inclusiva deve ter como princípio fundamental a prática de uma pedagogia que seja capaz de incluir e educar cada um dos seus alunos, tanto os que são PAEE como os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes.

O presente trabalho é um estudo de revisão de literatura, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Como técnica de coleta de dados foi utilizado a consulta bibliográfica. A análise dos dados ocorreu por meio de categorização. A revisão da literatura é embasada em autores como: Beyer (2006, 2007), Carneiro (2008), Lopes e Fabris (2013), Mantoan (2006, 2013, 2022), Poulin (2010), Ramos (2010) e Rodrigues (2006, 2008).

2 CARACTERIZANDO A ESCOLA REGULAR INCLUSIVA

A educação inclusiva é norteadada por práticas que consideram que cada aluno é único, tem características específicas, enfatiza as potencialidades, mostra que os estudantes do PAEE não devem ser vistos através de um olhar capacitista, mas de estímulo e aceitação. Não se trata de apagar as diferenças, mas concretizá-las e ultrapassar a visão assistencialista, por meio de ações em que todos os alunos pertençam a uma rede de ensino que legitime e contemple suas individualidades.

Neste sentido, deve-se considerar que cada educando possui diferentes formas de aprender, tendo consciência que os alunos constroem o seu conhecimento de diversos modos. Desta forma, a educação inclusiva precisa ser consolidada nas escolas comuns, não se pode agir apenas pensando na ampliação da socialização e a motricidade, mas em prol do desenvolvimento de todas as potencialidades do aluno, sejam elas físicas, sociais, afetivas ou intelectuais.

Mantoan (2013, p. 36) afirma, “o convívio com as pessoas com deficiência nas escolas e fora delas é recente e gera ainda certos receios”. Sendo assim, se as escolas não colocarem em prática a educação numa perspectiva inclusiva vão continuar dando espaço para o aumento do preconceito, do negativismo, que são emanados de uma sociedade competidora, que vê somente os ditos normais como capazes de obter sucesso. E assim, não concretizarão duas de suas funções principais que é apropriação do saber por todos e a formação de uma sociedade mais democrática.

Deste modo, a educação inclusiva não se dirige só ao estudante PAEE, como denota a maioria dos discursos, mas a todos, pois alunos diferentes não são apenas os que apresentam “[...] uma condição de deficiência: muitos outros alunos sem condição de deficiência não aprendem se não tiverem uma atenção particular ao seu processo de aprendizagem” (RODRIGUES, 2006, p. 305).

Uma característica importante da escola inclusiva para Carvalho (2009, p. 44), é que o educando é “reconhecido e valorizado como é, passando a ser aceito no convívio do dia a dia da escola e estimulado a aprender e a participar, respeitando-se seus tempos e seus interesses”. E em relação ao ensino dentro desse panorama a autora, assim como Machado (2013) acredita que deve sempre levar em conta que cada um dos aprendizes, aluno PAEE ou não, possuem ritmos e estilos diferentes de aprender, que “todo aluno é capaz de aprender”; as autoras são enfáticas nessa afirmação.

Desta forma, a escola comum inclusiva é a que garante não só acesso, mas a permanência e a continuação do estudo de todos os educandos, ou seja, deve responder as individualidades educacionais apresentadas por estes, de tal modo que não se recuse a acolher qualquer aluno, mas abranja a todos e a cada um (MANTOAN, 2006; RODRIGUES, 2008). Uma vez que, essa escola só é inclusiva quando trabalha além da matrícula, ou seja, possibilitar

a todos uma formação participativa e crítica, isso porque alunos PAEE tem o direito de estudar na sala comum e progredir no conhecimento.

Nesse sentido, afirma Rodrigues (2008), se a educação é designada para todos, é mérito da escola comum escolarizar a todos, é seu papel torna-se e ser inclusiva. Então esse tipo de escola além de matricular de maneira formal e receber fisicamente todos os alunos na classe comum precisa está disponível para trabalhar com todos e com cada um, impulsionando a aprendizagem, a participação ativa, envolvendo todos os membros da comunidade educacional. Segundo Carneiro (2008, p. 30) considera que uma escola inclusiva é:

Aberta à matrícula de todos os alunos indistintamente. [...] além de trabalhar o conhecimento universal nas suas manifestações contemporâneas, tem, também, a responsabilidade de objetivar processos de aprendizagem de acordo com as particularidades de cada aluno.

Com esta finalidade, um ponto que deve ser desenvolvido na escola inclusiva e a parceria entre pais e professores, a participação dos pais na vida da escola além de conduzir o desenvolvimento de relações positivas entre a casa e a escola, favorece o interesse ativo dos pais pela educação dos filhos. A colaboração entre professores e pais pode ter um efeito benéfico para os alunos e pode ajudar a solucionar muitos problemas, especialmente quando este aluno é do PAEE.

De fato, como diz Mantoan (2013, p. 39) a escola inclusiva é aquela que proporciona “[...] condições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo”. Nesta escola, todos são vistos como pessoas de valor. Com isso o objetivo não é só acomodá-los, mas modificar a realidade segregacionista das práticas educacionais.

A escola inclusiva é um espaço em que não há;

[...] campos demarcados, do tipo, aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é nem diluída, face às necessidades educacionais de alguns alunos [...]. O projeto pedagógico inclusivo busca escapar desta dicotomia, ou seja, objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (BEYER, 2006, p. 75, grifos do autor).

Nesta abordagem educacional, há apenas crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar e que apresentam necessidades diferentes, não existe dois grupos de alunos, os PAEE e os ditos normais. A essência desta escola é o reconhecimento da diversidade e das particularidades que cada um possui, não separa os alunos por grupos distintos, mediante classificações, todavia, dilui com todos e com cada um, diferentes formas de aprender os múltiplos saberes.

Independente de condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, todo aluno deve ser acolhido na escola comum. Está para que se torne inclusiva carece ter como princípio central a prática de uma pedagogia que seja capaz de educar e incluir cada um dos seus alunos. Sendo a educação um direito fundamental de todos, deve ser firmado na garantia do desenvolvimento pleno de cada indivíduo, considerando suas especificidades e necessidades educacionais. Eis o imenso desafio de hoje, das escolas regulares e de todas as escolas.

2.1 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para Poulin (2010), a educação inclusiva sobre o aspecto de ensino e aprendizagem baseia-se fundamentalmente nas noções de contribuição, valorização, flexibilidade e diferenciação. O autor explica a essencialidade de cada elemento, o primeiro deles é a contribuição, quando considera que a sala de aula é uma comunidade de aprendizes e que apesar das características de cada um que a compõem, todos têm capacidade de cooperar coletivamente na criação de conhecimentos. A valorização por incentivar cada aluno a participar ativamente nas questões relacionadas à ação da aprendizagem e por proporcionar, portanto, a reverência e o prestígio de seus pares. Sobre a flexibilidade o autor diz que:

[...] o professor deve reconhecer que seu papel não é apenas de transmissor de conhecimentos, mas mais de um guia que: 1) ajuda seus alunos a planejar; 2) os questiona e favorece o confronto entre eles; 3) os encorajar; 4) e, enfim, os ajuda a avaliar os seus próprios percursos (POULIN, 2010, p. 31).

O professor é um mediador, que facilita o processo de aprendizagem, neste sentido, como afirma o autor, a flexibilidade é essencial para que crie, implante e acompanhe ações norteadoras da aprendizagem. A diferenciação no ensino inclusivo, na compreensão desse autor, encontra-se:

[...] respeito pelo estilo e pelo ritmo de aprendizagem do aluno; a utilização de diversos modos de intervenção; uma gestão do programa que contemple simultaneamente os diferentes níveis de aprendizagem; a utilização de diferentes modalidades de avaliação das aprendizagens e uma gestão flexível das regras de vida na classe, notadamente, no que se relaciona com a disciplina (POULIN, 2010, p. 31).

Sendo assim, o autor propõe uma diferenciação, mas na concepção de ensinar do professor, agir levando em conta essas atitudes descritas acima, não é ser diferente com o aluno ou tratá-lo diferenciadamente. Com base nestas ações, percebe-se que o aluno PAEE, numa escola comum que desenvolva tais métodos, sentir-se-á membro ativo da escola, um sujeito capaz. Além disso, encontra-se presente nestes atos uma característica fundamental daqueles que acreditam numa escola inclusiva, todos têm “capacidade” de aprender.

Ramos (2010, p. 16-33) apresenta alguns passos que considera indispensáveis à prática inclusiva nas escolas comuns:

Ter como filosofia da educação a base construtivista, levar em conta as diferenças na aprendizagem dos indivíduos; conscientizar a comunidade alunos e pais, [...] o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros alunos, e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário e respeitador das diferenças; ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com situações inusitadas; [...] não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem da vida.

Sendo assim, a escola precisa estimular a todos os funcionários a trabalharem em conjunto na perspectiva inclusiva, aproveitar a reunião de pais para cultivar a ideia de inclusão. Tem consciência que o aluno PAEE precisa conviver com colegas da mesma faixa etária e isso possibilitará ao aluno inserir-se no grupo social que lhe é próprio. A escola não tem como função primordial passar informação, mas a responsabilidade na construção e modificação de valores sócio afetivos.

Seguindo os passos de Ramos (2010, p. 16-33), destacam-se mais estes cinco:

Elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos da classe; respeitar as diferenças [...] respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, embora, muitas vezes, esse ritmo não corresponda às nossas expectativas. Apesar disso, não devemos, em hipótese alguma, deixar de apresentar determinados temas ao aluno, [...] supondo que ele não vá aprendê-los; avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno, e não exigências do sistema escolar; em casos muito extremos, com alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar aos pais que busquem ajuda médica; fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão.

A autora enfatiza que é importante identificar o aluno no todo, ou seja, no seu meio social, físico, linguístico e intelectual, pois é a partir da realidade em que vive que se deve organizar o plano didático. Há formas distintas de aprendizagem, então compreender que a avaliação é um processo subjetivo, é um ato indispensável, cada avanço apresentado pelo discente deve ser observado e considerado.

Um dos alicerces conceituais fundamentais que a inclusão na escola comum deve apresentar é a sugestão de práticas inclusivas que possam ser partilhadas por todos os alunos da escola. Neste sentido, cada um que compõe a comunidade escolar é convidado a compartilhar essa tarefa. Incluir o aluno PAEE é criar meios para que ele participe e vivencie o processo de ensino e aprendizagem de forma irrestrita, bem como as ações extraclasse da escola (BEYER, 2007).

2.2 LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No Brasil, temos a atual Constituição Federal (CF) de 1988, o artigo 205º que trata do direito de todos à educação e o respeito às diferenças e o artigo 206º, inciso I se institui como um dos princípios de ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, na intenção de modificar o espectro da exclusão, elucida questões direcionadas aos alunos com PAEE, como “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (artigo 208º, inciso III) (BRASIL, 1988).

A partir da década de 1990 a política educacional de inclusão no Brasil apoia-se em discursos inclusivos inspirados por organismos internacionais em desenvolvimento e norteados pelo consenso dos países membros das conferências internacionais em torno da universalização da educação básica (FERREIRA, 2006; GARCIA, 2010).

Neste período, aconteceu a Conferência Mundial de Educação para Todos de 5 a 9 de março de 1990, em Jomtien na Tailândia, que originou a Declaração de Jomtien, que teve como propósito o pacto dos países signatários com a educação como direito fundamental de todos, adotando-o por meio do ingresso na educação básica. Este importante documento enfatizou a universalização da educação básica para todos: crianças, jovens e adultos; mostrou preocupação com as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requererem atenção especial; enfatizou a necessidade de tomar medidas para garantir a igualdade de acesso à educação de todos e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1990, art. 3º, 5º).

No entanto, foi com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca, na Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994, que originou o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais que se iniciou a chamada para a educação inclusiva e a inclusão educacional ganhou força, é por meio deste documento que se preconiza a inclusão (UNESCO, 1994). A partir deste dispositivo legal, todos os países começaram a mobilizar-se em prol das políticas de educação inclusiva, incluindo o Brasil (LOPES; FABRIS, 2013).

Outro marco considerado importante no Brasil, foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20/12/1996, que reafirmou os propósitos da Declaração de Salamanca da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens. Neste contexto as escolas públicas foram chamadas a adequar-se para atender satisfatoriamente a todas as crianças, oferecendo o serviço de apoio especializado, ofertado por meio da modalidade de ensino educação especial (BRASIL, 1996).

Em 2008, em âmbito nacional é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento relevante trata da inclusão dos alunos PAEE, tem como objetivo,

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação inter setorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

A referida política afirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, este atendimento deve ser complementar ou suplementar a formação do aluno inserido no PAEE, tem em vista desenvolver a autonomia do aluno dentro e fora da escola. É uma oferta obrigatória pelos sistemas de ensino regular que atenda alunos desse público alvo (BRASIL, 2010).

Neste sentido, o público-alvo da educação especial são: os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Outrossim, nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial deve atuar de modo articulado com o ensino comum, dando orientação para no atendimento às necessidades educacionais desses alunos. Entretanto, a definição do público alvo não se esgota na mera categorização e particularizações conferidas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. As pessoas se modificam e consecutivamente transformarão o contexto em que estão inseridas (BRASIL, 2008).

O vigente Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela lei nº 13.005/2014 com vigência até 2024, reafirma a concepção de educação inclusiva a ser adotada pelas as escolas comuns. Onde propõe na sua meta 4:

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na

rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Finalizando temos a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, (LBI) que também garante, em seu artigo 27, que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A referida lei confere ao poder público a incumbência de garantir:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva; VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; [...] IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; [...] XVII - oferta de profissionais de apoio escolar; [...] (BRASIL, 2015).

Por tanto, levando em conta estes documentos aqui referenciados, entende-se que a melhor resposta para o aluno com NEE, como para todos os demais é uma educação ofertada dentro da escola regular, que atenda as distinções não só de todos, mas de cada um. Neste sentido, a escola do século XXI deve ser um espaço inclusivo, onde todos aprendam e convivam com as diferenças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é um estudo de revisão de literatura, onde a pesquisadora buscou informações sobre o que já foi publicado por estudiosos da temática educação inclusiva que são referência em âmbito nacional e internacional acerca do tema educação inclusiva. A revisão de literatura é entendida como fundamentação teórica, ou seja, a base que sustentará os argumentos incluídos no estudo.

A revisão de literatura “[...] propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. [...]” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 192).

Com base no objetivo geral desta pesquisa investigar quais são as características de uma escola comum inclusiva adotou-se a abordagem qualitativa como opção metodológica, de caráter exploratório e descritivo, coletando os dados por meio da consulta bibliográfica. A abordagem qualitativa é necessária à pesquisa, uma vez que se busca identificar, compreender e classificar as informações obtidas, a fim de contribuir para a melhor análise do tema.

A pesquisa bibliográfica torna admissível o acesso do investigador aos materiais que já foram escritos sobre o tema investigado (GIL, 2017). É o momento da revisão literária, de leitura e compreensão do aporte teórico de autores que discutem a temática investigada. É a fase inicial de uma boa revisão de literatura. É então desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A seleção das fontes bibliográficas obedeceu a quatro critérios objetivos: 1. Fontes primárias; 2. Autores que são referências nacionais e internacionais sobre educação inclusiva; 3. Livros e artigos científicos completos do próprio autor da pesquisa publicados e 4. Livros publicados no Brasil. O quadro abaixo mostra os critérios de inclusão e exclusão utilizados para definir os livros adotados na coleta de dados.

Quadro 1– Critérios de inclusão e exclusão para definir os livros a serem utilizados na coleta de dados.

Critérios	Inclusão	Exclusão
Acesso	Livro físico	Site e arquivo digital.
Idioma	Português	Publicações nos demais idiomas.
Tipo de publicação	Livros e artigos publicados em livros	Demais trabalhos, teses, dissertações monografias, anais de congressos.
Fontes primárias	Conteúdo do próprio autor do estudo	Demais conteúdos, discussão de fontes anteriores
Autores que são referências nacionais e internacionais sobre educação inclusiva	É referência na temática em estudo, defende a abertura da escola regular para todos os alunos, principalmente para àqueles que fazem parte do PAEE, são professores e pesquisadores desta temática.	Demais autores e pesquisadores que abordem a educação inclusiva, mas não considerados referências na temática

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Foi realizado uma pesquisa exploratória, ou seja, um estudo de natureza descritiva, segundo Richardson (2011), busca investigar o que é determinado fenômeno e, depois, tende a expor seus aspectos segundo a literatura.

A coleta de dados foi realizada com a adoção desses critérios de seleção, e com o problema da pesquisa quais as características de uma escola comum que inclui e oferece apropriação do saber a todos os alunos? a busca foi realizada em livros impressos que abordam a temática educação inclusiva na escola comum, ou seja, materiais que apresentam foco nas palavras chaves desta pesquisa: educação inclusiva; escola comum; alunos público-alvo da educação especial.

Na primeira etapa foi realizado o manuseio de 17 livros do acervo pessoal da pesquisadora, com a finalidade de localizar e selecionar os livros que apresentavam informações referentes ao tema. Posteriormente uma leitura exploratória, onde ocorreu o reconhecimento do sumário de cada livro para selecionar dados referente ao estudo. Na terceira fase uma leitura seletiva de 13 livros momento que foram selecionados alguns capítulos com abordagem compatível aos objetivos deste estudo, conforme a exposição nos quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2- Livros lidos para coletar dados para caracterizar a educação inclusiva

Organizador(a)	Título do livro	Editora	Ano de publicação
Claudio Roberto Baptista	Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas	Mediação	2006
Marcio Gomes	Construindo as trilhas para a inclusão	Vozes	2009
Moaci Alves Carneiro	O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações	Vozes	2008
Maria Tereza Eglér Mantoan Rosângela Gavioli Prieto	Inclusão escolar: pontos e contrapontos	Summus	2006
Maria Tereza Eglér Mantoan	O desafio das diferenças nas escolas	Vozes	2013
Maria Tereza Eglér Mantoan	A escola que queremos para todos	CRV	2022
David Rodrigues	Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva	Summus	2006

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 3- Livros lidos para coletar dados a fim de descrever os aspectos pedagógicos da educação inclusiva

Organizador(a)	Título do livro	Editora	Ano de publicação
Denise Meyrelles de Jesus. Et al	Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa	Mediação	2007

Rita Vieira de Figueredo, Lindomar Wessler Boneti e Jean Robert Poulin	Novas luzes sobre a inclusão escolar	Edições UFC	2010
Rossana Ramos	Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais	Cortez editora	2010

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 4- Livros lidos para coletar dados das políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil.

Organizador(a)	Título do livro	Editora	Ano de publicação
David Rodrigues	Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva	Summus	2006
Claudio Roberto Baptista. Et al.	Educação Especial: dialogo e pluralidade	Mediação	2010
Maura Corcini Lopes Eli Henn Fabris	Inclusão & Educação	Autêntica	2013

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Posteriormente ocorreu uma leitura reflexiva, ou seja, a leitura completa dos capítulos escolhidos como definitivos, momento que foram construídos fichamentos e compreensão das afirmações apresentadas pelos os autores.

A última fase do estudo foi o momento de fazer relação interpretação das ideias dos autores, relacionadas com os objetivos da pesquisa. Nesta etapa de leitura interpretativa dos dados, a pesquisadora optou pelo procedimento de categorização. Os resultados estão divididos em três categorias, onde cada uma faz referência a um objetivo da pesquisa. A pesquisadora analisou estas categorias descritivas com as afirmações dos autores usados na pesquisa e nos documentos de acordo com os objetivos específicos.

4. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DE UMA ESCOLA REGULAR INCLUSIVA

Com base em um conjunto de categorias descritivas de acordo com os objetivos específicos: caracterizar a educação inclusiva; descrever os aspectos estruturais e pedagógicos da educação inclusiva; apontar as políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil, é apresentado os resultados e discussões deste estudo.

Quadro 5- Características da educação inclusiva

Autor	Posicionamento do autor a respeito da educação inclusiva
Rodrigues (2006)	“desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e compartilhado e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação”.

	“ser diferente é uma característica humana e comum, não é atributo (negativo) de alguns. A EI dirige-se assim aos “diferentes”, isto é ... a todos os alunos. E é ministrada por diferentes, isto é... por todos os professores”.
Mantoan (2006, 2013, 2022)	“[...] condições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo”. a escola inclusiva é aquela que proporciona “[...] condições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo”. “Resulta em mudanças de base, e exige, das escolas, mudanças de ordem estrutural e funcional, para que se instaure uma educação escolar consentânea a contemporaneidade.”
Beyer (2006)	Não há [...] campos demarcados, do tipo, aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é nem diluída, face às necessidades educacionais de alguns alunos [...]. O projeto pedagógico inclusivo busca escapar desta dicotomia, ou seja, objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (grifos do autor). Educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas.
Carneiro (2008)	“Aberta à matrícula de todos os alunos indistintamente. [...] além de trabalhar o conhecimento universal nas suas manifestações contemporâneas, tem, também, a responsabilidade de objetivar processos de aprendizagem de acordo com as particularidades de cada aluno”. “É preciso compreender, porém, que quando se fala em educação inclusiva, fala-se em educação além da escolar, ou seja, não se cogita só de ensino, mas de apoios e suporte, de trabalho em equipe e de toda uma gama de mudanças institucionais que vão além da organização didática.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A educação é designada para todos, é competência da escola regular escolarizar a todos, é seu papel torna-se e ser inclusiva. Então esse tipo de escola além de matricular de maneira formal e receber fisicamente todos os alunos na classe comum precisa estar preparada para ofertar ensino de qualidade para todos e para cada um, impulsionando assim, o aprender coletivo e individual. A educação inclusiva como definida pelos os autores, antes de ser somente para o PAEE é para todos. Nessa acepção de educação o conhecimento é partilhado por todos, é construído coletivamente.

O ponto mais relevante da educação inclusiva como apresenta Mantoan é que todo aluno deve ser matriculado e ter condições de desenvolver sua aprendizagem e habilidades dentro da escola regular, pois é no contato com as diferenças, com o outro que construímos uma sociedade inclusiva.

Levando em conta o posicionamento dos autores Beyer, Carneiro, Mantoan e Rodrigues a educação inclusiva tem como premissa valorização das diferentes aprendizagens, o entendimento que a construção do conhecimento é particular de cada aluno, mas deve ocorrer na sala comum, na interação com todos. Escola inclusiva é resultado de transformações na organização da educação, mudanças essas que consideram as necessidades de todos os alunos e é estruturada em função delas, desenvolve uma pedagogia que educa com alento todas as crianças, incluindo as que apresentam deficiências graves. Estas escolas são comunidades que

recebem a todos, tem consciência da naturalidade das diferenças humanas, portanto atendem a toda e qualquer criança (MANTOAN, 2006).

É relevante perceber que os autores apontam para o entendimento de que a educação inclusiva não é um atributo somente da escola regular, mas do contexto educacional no geral, para que ela aconteça de fato precisa de trabalho em equipe, de suporte e de alterações institucionais. Analisando o posicionamento de Mantoan (2022), uma dificuldade evidente de prática da educação inclusiva é a sacudida que ela faz na educação atual, a exigência de que as escolas desenvolvam modificações na estrutura física e pedagógica, na funcionalidade, que acompanhe a contemporaneidade, onde não temos mais espaço para excluir, segregar e nem integrar, mas somente incluir.

Quadro 6 - Aspectos pedagógicos da educação inclusiva

Autor	Posicionamento do autor a respeito dos aspectos pedagógicos da educação inclusiva
Poulin (2010)	“[...] o professor deve reconhecer que seu papel não é apenas de transmissor de conhecimentos, mas mais de um guia que: 1) ajuda seus alunos a planejar; 2) os questiona e favorece o confronto entre eles; 3) os encorajar; 4) e, enfim, os ajuda a avaliar os seus próprios percursos.” “[...] respeito pelo estilo e pelo ritmo de aprendizagem do aluno; a utilização de diversos modos de intervenção; uma gestão do programa que contemple simultaneamente os diferentes níveis de aprendizagem; a utilização de diferentes modalidades de avaliação das aprendizagens e uma gestão flexível das regras de vida na classe, notadamente, no que se relaciona com a disciplina.”
Rossana Ramos (2010)	“Ter como filosofia da educação a base construtivista; conscientizar a comunidade alunos e pais, [...] de o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros alunos; ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com situações inusitadas; não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem da vida; elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos da classe; respeitar as diferenças [...] respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um; avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno, e não exigências do sistema escolar; em casos muitos extremos, com alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar aos pais que busquem ajuda médica; fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão”.
Ferreira (2005)	“[...] uma metodologia de ensino inclusiva deve ser capaz de garantir que o aluno se sinta motivado para frequentar a escola e participar das atividades na sala de aula, deve possuir qualidade curricular e metodológica, deve identificar barreiras à aprendizagem e planejar formas de removê-las para que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As classes inclusivas são espaços onde os alunos aprendem com o auxílio dos colegas, ou seja, usando a contribuição. Sendo assim a sala de aula uma comunidade de aprendizes diferentes, em que todos são capazes de cooperar coletivamente na construção de conhecimentos (POULIN, 2010). De acordo com a análise das falas dos autores mencionados no quadro acima, a colaboração dos alunos e dos pais influencia de forma significativa o progresso escolar.

Ramos (2010) enfatiza a importância de o professor conhecer bem a realidade em que vive o aluno, pois é a partir dela que deve organizar o seu plano de ensino, então considerar os pais como parceiros do processo de aprendizagem é essencial para essa abordagem de respeito as diferenças. Como aponta Ramos e Ferreira, são as estratégias adotadas pelos os professores

responsáveis por facilitar a acessibilidade curricular e aprendizagem de todos os educandos, portanto é essencial que o professor conheça o universo do aluno e adote estratégias adequadas ao seu público, permita a participação de todos na construção do desenvolvimento coletivo em sala.

Os autores colocam que é indispensável que o professor deve ter atenção ao desempenho de todos os aspectos do educando, o aluno pode apresentar dificuldades em relação a fala, aos movimentos psicomotores, ao desenvolvimento cognitivo, entre outros. Precisa acompanhar o desempenho do educando em todas as áreas, considerando que nenhum pequeno avanço é insignificante, mesmo que aqueles que não estão inseridos no processo de aprendizagem dos conteúdos educacionais (RAMOS, 2010).

Considerando os alunos que fazem parte do PAEE, o professor deve dirigir uma atenção especial, procurando minimizar suas dificuldades, acima de tudo agindo com equidade com todos e com cada um, discutindo com a turma sobre tratá-lo diferenciado como meio de auxiliá-lo mais, potencializar suas possibilidades educacionais. Direcionar a atenção a esse aluno não é vê-lo de modo negativo, nem diminuir suas expectativas de aprendizagem, ver como menos capaz, mas uma medida eficaz de direcionar o foco sobre seus pontos positivos, de buscar explorar o que ele tem de melhor.

Tais ações pedagógicas inclusivas nascem do conhecimento, do interesse em querer oferecer aos alunos PAEE oportunidades reais de aprendizagem, e isso só se concretiza quando os professores, os gestores e todos que compõem a comunidade escolar buscam e se abrem para inclusão escolar. Encontramos nos diversos documentos e leis brasileiras que abordam a educação inclusiva na escola regular, que para que esses professores possam planejar formas de remover as barreiras que dificultam a aprendizagem de cada aluno precisam de formação continuada, pesquisa e apoio de uma equipe multiprofissional, de diálogo com o profissional da sala de AEE, de recursos pedagógicos e principalmente da colaboração da família.

É como afirma Ferreira (2006) uma metodologia inclusiva é aquela que garante que o aluno seja motivado a querer permanecer na escola e participar das atividades na sala de aula comum, deve possuir qualidade curricular e metodológica, identificar barreiras à aprendizagem e planejar e executar formas de removê-las para que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem independente de suas singularidades.

Quadro 7 - Políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil.

Documentos
Constituição Federal (1988)
Declaração de Jomtien (1990)
Declaração de Salamanca (1994)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (1996)
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)
Plano Nacional de Educação (2014)
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Observa-se que essa CF/88 acompanhou o movimento internacional da educação inclusiva, nesse contexto visou também ampliar o direito das pessoas com algum comprometimento (LOPES; FABRIS, 2013). Foi com a CF de 1988 que os grupos

historicamente excluídos, segregados e integrados dentre eles as pessoas com deficiência ganharam notoriedade, ou seja, a atual constituição é um marco que enfatiza a defesa da inclusão.

Através da leitura e estudo desses documentos verificou-se que o Brasil passou realmente a vivenciar as políticas da educação inclusiva, na década de 1990 (LOPES E FABRIS, 2013). Nesta década inicia um novo olhar da escola regular, guiado pelo acordo dos países membros das conferências internacionais em torno da universalização da educação básica.

Na Declaração de Jomtien, consta-se que todos os países são chamados a promover a equidade na educação, modificar os sistemas de ensino, garantir o acesso e a permanência de todos e de cada um na sala comum, levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade e garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças (UNESCO, 1990).

Segundo Lopes e Fabris (2013), é a partir deste dispositivo legal, todos os países, incluindo o Brasil, começaram a mobilizar-se em prol das políticas de educação inclusiva, para que a educação das pessoas PAEE se desenvolvesse na rede regular de ensino. Mas, é a Declaração de Salamanca que apresentou uma defesa mais consistente de que as escolas regulares deviam incorporar a proposta inclusiva, pois eram o lugar mais eficazes para ofertar educação para todos e, assim, combater atitudes discriminatórias e erguer uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994).

A abordagem da LDB é no sentido de garantir aos alunos PAEE, conforme o artigo 59º, inciso I “currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. No entanto, sobre a educação desses discentes no artigo 58º, usa-se a afirmativa “preferencialmente na rede regular de ensino” e a condicionante no que for possível, deixando subentendida a existência ainda de um sistema especializado, paralelo destinado, exclusivamente, aos alunos que não tivessem capacidade acadêmica para frequentar as escolas comuns em razão de suas deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas (BRASIL, 1996, p. 34).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), reafirmar o direito de todos à educação, retira o foco da deficiência para a eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, de informação e comunicação, e outras que possam interferir no processo educacional, apresentando que o Educacional Especializado (AEE), que deve ser realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, este atendimento deve ser complementar ou suplementar a formação do aluno inserido no PAEE, com a finalidade de desenvolver a autonomia do aluno dentro e fora da escola.

O vigente PNE reafirma mais uma vez a concepção de educação inclusiva a ser desenvolvida em todas as escolas regulares e mais recente temos a LBI (2015) que também avaliza, que a educação é direito de todos e de cada um, esta deve acontecer num sistema educacional inclusivo, que perpassa a todos os níveis.

Mediante a análise dessa lei, encontramos as características que devem ser encontradas em todas as escolas regulares, ou seja, estas para que sejam inclusivas devem oferecer condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, promovendo acessibilidade e eliminando quaisquer barreiras que dificulte a inclusão plena de todos e de cada um dos seus alunos. Execução do AEE, este serviço complementar e suplementar deve levar em conta as características dos estudantes com deficiência, afim de que garanta o seu pleno acesso ao currículo promovendo aos alunos PAEE o exercício de sua autonomia na sala comum e no meio social em condições de igualdade.

Neste contexto, como apresenta a LBI, precisa-se de pesquisas voltadas para as ações que acontecem no chão da escola regular, ou seja, desenvolvimento de novas metodologias, técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, e acima de tudo que a escola tenha concepção de valorização do desenvolvimento de todos os aspectos, sejam eles: linguísticos, culturais, considerando os interesses, talento, a criatividade e as habilidades do estudante com deficiência, adotando práticas que gerem experiências pedagógicas inclusivas na sala comum e para que isso seja uma realidade e não uma utopia esses professores quando tiverem necessidade de profissionais de apoio escolar, seja uma realidade. Por tanto a educação de todos e de cada aluno deve ser desenvolvida em consonância com essas referenciadas legislações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é para todos, é um direito constitucional, então a escola inclusiva deve buscar formas de trabalhar e estar adequada a perspectiva inclusiva. Nesse estudo constatou-se que a escola para ser inclusiva precisa trabalhar em consonância com os princípios que alicerçam a organização do ensino na legislação, é imprescindível que a legislação não seja apenas uma utopia.

Com base no presente estudo e nas vivências desta pesquisadora em algumas escolas regulares, percebe-se que grande parte destas estão bem distantes de serem inclusivas, de apresentarem as características apontadas neste estudo. Tomando como base os resultados encontrados, pode-se dizer que mudar essa escola, tornar ela totalmente inclusiva é uma tarefa que exige um trabalho em muitas frentes.

Encontramos excelentes estudiosos dessa temática, muitos direcionamentos de como se chegar as experiências exitosas de inclusão escolar, uma legislação abrangente, mesmo com muitos avanços temos um grande desafio a ser superado, que é a transformação de todas as escolas, todas sem exceção precisam deixar de atenderem com maior atenção somente alguns, os ditos normais e passar a trabalhar na direção de educar a todos e a cada um.

Com base nas discussões apresentadas, a pesquisa contemplou os objetivos desse estudo investigativo, pois foram identificadas as características e especificidades de uma escola regular inclusiva, as caracterizar dessa abordagem de a educação inclusiva, os seus aspectos pedagógicos e assinalado as principais políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil.

Destarte, é imprescindível que todos os educadores e a sociedade compreendam que independente de condições apresentadas pelo o aluno, especialmente os PAEE ele deve ser matriculado na escola regular e frequentar a sala comum. Está escola para que trabalhe na perspectiva da educação inclusiva deve ter como princípio básico a prática de uma pedagogia que seja capaz de incluir e educar cada um dos seus alunos, tanto os que são PAEE como os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.) **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

BEYER, Hugo Otto. O projeto da educação inclusiva: perspectivas e princípios de implementação. In: JESUS, Denise Meyrelles de. Et al. **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: mediação, 2007. p. 75-81.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Aprovado pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CARNEIRO, Moaci. Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Diversidade como Paradigma de ação Pedagógica na educação infantil e séries iniciais. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília: SEESP/MEC, out 2005. p. 29-34.

CARVALHO. Rosita Edler. A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. In: GOMES, Marcio. (org) **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis: vozes, 2009. p. 36-50.

FERREIRA, Windyz Brazão. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? In: **Inclusão**: Revista da Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, out 2005. p. 40-46.

FERREIRA, Júlio. Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 85-114.

GARCIA, R. M. C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, C. R. et al. **Educação Especial**: dialogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 11-23.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis: vozes, 2013. p. 69-75.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2013. p. 29-41.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli.; ARANTES, Valéria Amorim. (org.) **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 3. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

POULIN, Jean Robert. Quando a escola permite a contribuição no contexto das diferenças. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler e POULIN, Jean Robert. **Novas luzes sobre a inclusão escolar**. Fortaleza: edições UFC, 2010. p. 17-50.

RAMOS, Rosana. **Passos para a inclusão**: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 71-89.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 300-318.

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v. 4, n. 1. Brasília: SEESP/MEC, jan/jun 2008. p. 33-40.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien Tailândia, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca. Espanha, 1994.